



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **3001915-33.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Alberto dos Santos**
 Requerido: **Oi - Tnl Pcs S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que a ré lhe cobrou, na fatura de seu cartão de crédito, quantia indevida no importe de R\$ 69,00.

Alegou ainda que perante o PROCON local a ré assumiu o compromisso de estornar aquele valor na fatura seguinte, mas não o fez.

Almeja à restituição em dobro do mesmo.

A preliminar suscitada pela ré em contestação entrosa-se com o mérito da causa e como tal será apreciada.

A ré não refutou especificamente as alegações exordiais na contestação que apresentou.

Limitou-se em genérica peça de resistência a arguir que não aconteceram defeitos na prestação de seus serviços e que havia débitos pendentes de quitação por parte do autor, além de amearhar diversas "telas" a propósito da linha telefônica em apreço.

Não contrariou, porém, a obrigação que assumiu perante o autor junto ao PROCON local (fl. 04/05) e tampouco demonstrou concretamente o estorno da quantia paga pelo mesmo sem lastro a ampará-la.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Tocava-lhe fazer a prova a propósito, seja por força do que determina o art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil (ressalvo que não se cogita nem mesmo da aplicação ao caso da regra do art. 6º, inc. VIII, do Código de Defesa do Consumidor), seja porque seria inexigível que o autor demonstrasse fato negativo.

Todavia, ela não o fez, deixando de apresentar a comprovação material do cumprimento de sua obrigação, até porque as inúmeras "telas" ofertadas não se prestaram a tal desiderato.

O quadro delineado, aliado à inexistência de outras provas que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Patenteou-se que a ré se dispôs a ressarcir o autor do montante reclamado, mas não o fez e persistiu ao longo do feito com postura de absoluto descaso com o consumidor.

Isso caracteriza o elemento subjetivo indispensável para que o ressarcimento postulado se faça em dobro (art. 42, parágrafo único, do CDC), de sorte que o pedido vinga tal como formulado.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 138,00, acrescida de correção monetária, a partir de outubro de 2013 (época em que a devolução deveria ter ocorrido), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 28 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**